

REFLEXÃO SOBRE A NOÇÃO DE INDIVIDUALIDADE EM MAX HORKHEIMER

REFLECTION ON THE NOTION OF INDIVIDUALITY IN MAX HORKHEIMER

*José Mateus Bido*¹

*Maria Terezinha Bellanda Galuch*²

*Haira Lima Ribas*³

Resumo:

Este ensaio busca refletir sobre a cultura esvaziada, que subjaz ao conceito de individualidade contemporânea, analisando-a no movimento histórico que a torna ajustamento social ou formação instrumental para a manutenção da sociedade industrial desenvolvida. A análise tem como base o capítulo "Ascensão e declínio do indivíduo", da obra *Eclipse da razão*, de Max Horkheimer. Nele, o processo civilizatório ocidental é pensado pelo frankfurtiano como forma de expor os limites da racionalidade que arquitetou o projeto do esclarecimento e que deu origem à crise civilizatória do século XX. Sua análise se fundamenta no projeto da Teoria Crítica, desenvolvida pelo Instituto para Pesquisa Social, pelo qual o pensador elabora a sua crítica à cultura ocidental. O presente texto aborda o conceito de indivíduo para registrar o percurso cultural de constituição da identidade esclarecida do eu, pela racionalidade iluminista, bem como a contradição registrada na própria racionalidade burguesa que subsidia a ideia positiva de progresso e executa o plano técnico-científico que embrutece e desumaniza a sociedade. Portanto, a crítica de Horkheimer não se resume aos fatos políticos que estremeceram o planeta, mas à amplitude do processo civilizatório que regulou as ações humanas no mundo.

Palavras-chave: Crise civilizatória; Esclarecimento; Indivíduo; Razão instrumental; Max Horkheimer.

Abstract:

This essay seeks to reflect on the emptied culture, which underlies the concept of contemporary individuality, analyzing it in the historical movement that makes it social adjustment or instrumental training for the maintenance of the developed industrial society. The analysis is based on the chapter "Rise and decline of the individual", from Max Horkheimer's *Eclipse of Reason*. In it, the Western civilizing process is thought by the Frankfurtian as a way to expose the limits of rationality that architected the project of enlightenment and gave rise to the civilizing crisis of the twentieth century. His analysis is based on the Critical Theory project, developed by the Institute for Social Research, through which the thinker elaborates his critique of Western culture. Therefore, this text approaches the concept of individual to register the cultural path of constitution of the enlightened identity of the self, by the enlightenment rationality, as well as the contradiction registered in the bourgeois rationality itself which subsidizes the positive idea of progress and executes the technical-scientific plan which brutalizes and dehumanizes the society. Therefore, Horkheimer's critique is not limited to the political facts that shook the planet, but to the amplitude of the civilizing process that regulated human actions in the world.

Keywords: Crisis of civilization; Enlightenment; Individuality; Instrumental reason; Max Horkheimer.



¹ Instituto Federal do Paraná, Campus Avançado Goioerê. Doutor em educação (UEM). Professor de filosofia para o ensino médio. E-mail: jose.bido@ifpr.edu.br, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5691-1853>

² Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004). Professora Associada da Universidade Estadual de Maringá/UEM. e-mail: mtbgaluch@uem.br, Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5154-9819>

³ Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá - UEM (2023). Pedagoga no IFPR (2017- atual). E-mail: haira.ribas@ifpr.edu.br, Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3185-6816>

Introdução⁴

A individualidade da perspectiva da cultura ocidental é tema do quarto capítulo da obra *Eclipse da Razão* (HORKHEIMER, 2022, p. 131). Nele, o autor apresenta a arquitetura cultural do conceito de indivíduo, formulado e esvaziado no processo de constituição da civilização ocidental europeia. Assim o faz para estabelecer a crítica à sociedade instituída pela racionalidade moderna e para destacar os meios de controle sobre a subjetividade que a sociedade administrada formulou. Por outro lado, esse conceito, ao ser abordado a partir da cultura europeia contemporânea, possibilita ao pensador expor os mecanismos sociais implementados pela política, pela economia e pela cultura que deram voz ao autoritarismo e sustentaram um sistema baseado no controle, na reprodução e na instrumentalização do indivíduo. O texto, assumido em seu conjunto com os outros quatro capítulos, mostra-se mais do que uma crítica ao modelo político vivido na Alemanha e ao experimentado por Horkheimer por ocasião do seu exílio nos Estados Unidos da América, lugar de fala do texto. Ele amplia a análise do problema, denunciando a crise civilizatória, a partir das formulações universais decorrentes do projeto de emancipação técnico-científica do humano e da natureza, bem como da força implícita à substância estrutural da razão iluminista esclarecida.

Nesse aspecto, o entendimento da sociedade presente é buscado pela análise realizada sobre o processo de formação da civilização ocidental que, em suas distintas organizações histórico-culturais e político-econômicas, definiu a arquitetura lógica e linguística, bem como a estruturação sistêmica que constituíram a perspectiva burguesa do século XX e a ampliação da irracionalidade, para a qual a crítica de Horkheimer se dirige.

Não por acaso, a retomada constante da leitura dos clássicos gregos e dos modernos é realizada pelos pensadores frankfurtianos (e por outros a eles contemporâneos). Ela se dá na perspectiva de entender os fatores que levaram à crise da cultura no século XX. O retorno ao pensamento clássico possibilita a Horkheimer analisar o seu problema filosófico, em seu texto e contexto, depurando aquilo que se constitui como interpretações posteriores e as ideologias que, como “rêmoras”, acompanham o pensamento original. Significa dizer que o pensamento contemporâneo está conectado ao movimento histórico e, por isso, a análise crítica não pode deixar de vislumbrar, na raiz cultural do Ocidente, o que se mostra como produto objetivo do momento atual. Nesse sentido, a condição crítica que se abateu sobre o indivíduo e a sociedade no século XX pode ser melhor compreendida se conectada ao processo civilizatório ocidental, lida na perspectiva da economia política e das relações sociais.

⁴ O conteúdo da escrita desse texto se refere aos argumentos construídos por Horkheimer e, por isso, a composição da sua lógica argumentativa é creditada ao próprio pensador. Coube a mim uma síntese das suas ideias a que expresse na forma da redação. Procurei manter a fidelidade à linha de pensamento do autor, com inferências pontuais a partir de leituras que implicitamente fundamentam a crítica do pensador sobre o conceito de individualidade. Em pontos estratégicos, chamo atenção para alguns pensadores da tradição filosófica ocidental que se encontram na composição argumentativa do frankfurtiano. O presente material é resultado da exposição oral realizada em 18 de agosto de 2021, destinada aos estudantes do mestrado e do doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. São estudantes ligados à orientação da professora Dra. Maria Terezinha Bellanda Galuch, ou matriculados no programa, ou que integram o Grupo de Pesquisa Educação Escolar, Formação e Teoria Crítica. A organização do Material contou com a participação da mestrandia Haira Lima Ribas e das contribuições da professora titular do programa, Dra. Galuch.

Mas, por que a proposição do estudo do quarto capítulo?

A intenção que motiva o estudo do quarto capítulo da obra “Eclipse da Razão”, junto aos estudantes do Mestrado ou Doutorado em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, é a de aproximar o movimento de análise da Teoria Crítica dos objetos que compõem os problemas de pesquisa dos pós-graduandos. Nesse sentido, procuramos fazer uma implícita conexão com a temática “formação”, de sorte a expor o problema da individualidade esvaziada da crítica que subjaz ao conceito de cultura contemporânea, resgatando-a no movimento histórico. Assim, a busca pela compreensão do processo formativo contemporâneo é potencializada se houver a depuração daquilo que transforma a educação em ajustamento social ou formação instrumental para o processo produtivo.

Ao refletirmos sobre os conceitos ‘individualidade’ ou ‘indivíduo’, para os quais são orientados o processo formativo e os programas educacionais, faz-se necessário termos em mente que o entendimento que sustenta tais conceitos, bem como o de formação e de programas educacionais, são decorrentes do processo cultural que se faz presente na história da civilização ocidental. Evidentemente que a base sobre a qual o pensamento horkheimeriano se articula é a filosofia clássica de expressão grega. Sendo assim, o percurso da reflexão sobre o texto “Ascensão e declínio do indivíduo” não se caracteriza, aqui, como uma exegese filosófica, mas como uma oportunidade aos pesquisadores de se colocarem diante do texto para entenderem o percurso histórico-cultural que implica sobre a sua subjetividade, enquanto indivíduo pesquisador e agente histórico-social. É dado aos pesquisadores a oportunidade de fazerem o movimento racional de compreensão cultural dos problemas do seu presente histórico pela conectividade com a construção histórica da cultura ocidental. Entretanto, na perspectiva da Teoria Crítica, a retomada não é histórico-linear, mas dialético. A leitura ampliada e aprofundada do problema formativo é imprescindível para superar a análise rasa do que se apresenta como educação, principalmente o modelo aportado pelas políticas neoliberais.

O texto de Max Horkheimer, objeto do nosso estudo, nos ajuda nessa provocação, pois procura esclarecer que a noção de indivíduo que sustenta a subjetividade em crise na contemporaneidade decorre da construção histórico-social da cultura, pela participação humana nas instituições. Assim, o pensador persegue a noção de individualidade na tradição cultural ocidental visando apresentar a sua origem, ascensão e declínio.

O pensador liga a construção linguístico-racional do conceito de individualidade à compreensão de subjetividade que se revela na sociedade burguesa europeia, a ele contemporânea, sem deixar de mencionar as suas raízes na filosofia grega clássica, e nas expressões filosóficas helênica, medieval e moderna. O que se busca não é uma crítica isolada sobre o indivíduo; antes, procura-se expor os resultados da crise civilizatória que se abate sobre a cultura ocidental, a qual é decorrente da irracionalidade da razão positiva, tutora do indivíduo em seu contexto político-econômico e epistêmico-social. Nesse sentido, o entendimento do conceito de indivíduo liga-se ao entendimento da constituição e crise da cultura. Aqui, crítica à cultura moderna é crítica ao projeto da razão esclarecida burguesa.

Para propor essa construção reflexiva, o frankfurtiano procura apresentar os traços definidores da individualidade apreendida social e culturalmente, bem como as condições históricas que a fizeram emergir, enquanto conceito e materialidade, na filosofia ocidental, especialmente a partir do fio condutor assumido pelas relações produtivas e sua implicação com o poder. Por essa razão, tomamos como

princípio embasador da reflexão os limites da racionalidade ocidental contemporânea, especialmente a tendência liberal-burguês que configura a conceituação da individualidade pela sua despersonalização nas ações culturais e produtivas, enquanto identidade massificada e desumanizada em favor do capital. O problema colocado por Horkheimer na obra é se a racionalidade ocidental é capaz de “interpretar com exatidão as profundas mudanças que ora se verificam na mentalidade e na natureza humana” (HORKHEIMER, 2000, p. 10), especialmente aquelas que se revelaram nas e a partir das duas grandes guerras do início do século XX, as quais demonstraram uma razão irracional e embrutecida. Sendo assim, a crítica se volta para aquilo que o autor mesmo expõe no prefácio de 1946 como a “crise da cultura” (*Ibid.*, p. 10), que o leva a refletir sobre “o impasse atual do pensamento filosófico com o dilema concreto das perspectivas humanas futuras” (*Ibid.*, p. 9). Em outras palavras, a razão que fundamentou o progresso técnico-científico e econômico é colocada em xeque, pois ela mesma se torna naquilo que planejou: de proposta libertadora do mito à prisioneira de sua própria criação.

Não podemos esquecer que o texto em estudo foi produzido a partir das palestras proferidas na *Colmumbia Unaiiversity*, o qual tem o propósito de “apresentar alguns aspectos de uma ampla teoria filosófica desenvolvida pelo autor nos últimos anos, em associação com Theodor W. Adorno” (*Ibid.*, p. 10). O texto faz parte de um conjunto de reflexões, pelas quais a racionalidade é exposta diante dos inúmeros avanços tecnológicos e recursos técnicos que ela produziu, mas dos quais originam um processo de desumanização. Para o pensador, “o progresso ameaça anular o que se supõe ser o seu próprio objeto: a ideia de homem” (*Ibid.*, p. 10).

Os fundamentos do conceito de individualidade para a lógica racional europeia

Em seu primeiro argumento, Horkheimer aproxima a crise racional de seu tempo com o declínio da cultura e, conseqüentemente, como responsável pela crise identitária do indivíduo histórico. Segundo o pensador, a crise da razão, que se manifesta como colapso da cultura, revela a atribulação do indivíduo que, dada a ilusão assumida pela filosofia (a ilusão de que a identidade individual se eterniza como dominador racional do objeto), torna-se dominado pelas armadilhas própria razão. O indivíduo pensante, que concebia a razão como definidora do seu eu, sofreu as conseqüências da sua própria formulação linguístico-cultural, tornando-se ele mesmo instrumento da racionalidade que o recolocou como meio (e não finalidade) no processo histórico do capitalismo. O projeto da razão de tornar-se lúcida e libertadora converteu-se em irracionalidade, prisão do eu e eliminação das condições existenciais dignas do humano em função do capital.

Mas, qual é o conceito de indivíduo que Max Horkheimer busca expor?

A noção de uma individualidade livre é construção da racionalidade burguesa, que se faz valer dela para legitimar o controle social, pelo modelo cultural/civilizatório assumido, para a produção do capital em detrimento do humano e da natureza. Nessa lógica, a produção da riqueza instituiu a atitude da não preservação, a qual afetou o ser humano, a natureza e a condução cultural/civilizatória das relações político-sociais. Decorre disso a busca por apresentar a proximidade entre a noção de individualidade a partir dos grupos sociais constituídos historicamente. Por isso, o pensador começa a análise do conceito indivíduo a partir das relações concernentes ao grupo familiar. Destaca-se, mais uma vez, que a preocupação do pensador não é o conceito linguístico

isoladamente, mas a condição material e histórica a que o ser individual foi sendo formado e submetido pelo processo racional civilizatório.

Horkheimer destaca que no capitalismo liberal a família era a intermediária entre o indivíduo e o estado. Essa condição é exposta pelo pensador para ressaltar a premissa assumida no capitalismo avançado de atribuir ao indivíduo a responsabilidade sobre si, sem negar a si e o meio pelo enfrentamento reflexivo, assumindo uma postura de conformidade social. Nesse sentido, a noção de individualidade assumida e propagada pela sociedade capitalista ocidental fez destacar as relações entre humanos baseadas na tensão entre dominadores e dominados, entre exploradores e explorados. Tal postura não foi exclusivamente construção da cultura contemporânea, mas se lê nela os traços que se fizeram presentes desde a Grécia e sua clássica cultura.

O pensador procura enfatizar que o processo civilizatório ocidental (diga-se o projeto do esclarecimento - *Aufklärung*), especificamente o que corresponde à expansão europeia na África e nas Américas, revelou o peso cultural e histórico dado ao conceito clássico de indivíduo. Aqui, o autor já deixa evidente que o esclarecimento, enquanto projeto racional e político, tem fronteiras e estas são as europeias. Tomando a expansão por análise, o autor procura evidenciar no “eu racional” europeu, que se julga civilizado, como o fundamento responsável por subjugar a identidade individual e coletiva dos povos originários da África e das Américas. A relação entre esclarecimento e mito será a responsável por transpor o plano de uma vida mítica para uma vida sob o conceito de organização e progresso. O controle e o domínio sociais sobre os diferentes começam a se revelar como produtos de um eu que se define como esclarecido, a partir de uma cultura específica, de sorte que os povos que estão à margem da cultura esclarecida, são passíveis de dominação, a partir do conceito de civilização, formulada pelo esclarecimento burguês.

Nesse sentido, a noção de vida emancipada e autônoma assumida exigiu uma postura individual em favor da manutenção das nações europeias, especialmente a partir do conceito de cultura esclarecida e de civilidade. O eu esclarecido se sobrepôs ao não-eu (africanos e americanos) para revelar o quanto sua cultura era superior. O *logos* europeu se abateu sobre o *estado mítico* dos povos a serem conquistados. Nesse aspecto, a preocupação central da individualidade europeia se revelou na preservação da cultura que fortaleceu a identidade do eu pretensamente consciente e esclarecido.

É fato que o esforço da preservação instituiu a disputa pela segurança material da existência. Em nome dessa corrida material, a individualidade se personificou nas aspirações pelo poder e pelo prestígio social, valorizando a noção da produção para o acúmulo, visto que este tornou-se o elemento determinante para o prestígio social e o poder na sociedade capitalista. O ajustamento ao modelo social e ao controle econômico promovidos pelo esclarecimento burguês se revelou no além-fronteiras como a cultura a ser assumida, inclusive pelo processo educativo. África, América e outros territórios foram incorporados pelos valores culturais europeus, que se mostravam como o percurso possível para o progresso. Entretanto, a relação entre colonizadores e colonizados fortaleceu ainda mais a noção do esclarecimento e estigmatizou as produções intelectuais e culturais, principalmente aquelas que não originaram do povo esclarecido. Nesse sentido, Horkheimer não está criticando o posicionamento europeu como um dado pontual, mas como um projeto de racionalidade para o controle.

O projeto burguês de sociedade foi o responsável pela caracterização da noção de individualidade que se constitui na sociedade contemporânea influenciada pela cultura europeia. Nesse sentido, havia, de um lado, a identidade do eu esclarecido (emancipado e autônomo) e, de outro, a do eu mítico (dependente e tutelado) (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 72)⁵. No primeiro caso, a corrida racional se voltou para o poder e para o controle. No segundo, para a preservação da sua existência. Decorre disso que a identidade do “eu não europeu” foi sendo submetida ao processo de inculturação, massificando a instrução e o acesso cultural, criando o padrão do colonizador. Nasce uma individualidade desintegrada e dependente. Por outro lado, a identidade elitista se configurou na articulação político-econômica permanente pelo poder político, econômico e cultural. Tanto elite quanto a massa, ao lutarem pela preservação do seu propósito, despersonalizaram-se e transformaram-se em autômatos da razão formalizada. Ambas se constituíram como elementos internos da dinâmica de uma sociedade administrada. Esta postura reflexiva chama a atenção para outro texto de Horkheimer, em parceria com Adorno,

O sistema visado pelo esclarecimento é a forma de conhecimento que lida melhor com os fatos e mais eficazmente apoia o sujeito na dominação da natureza. Seus princípios são o da autoconservação. A menoridade revela-se como a incapacidade de se conservar a si mesmo. O burguês nas figuras sucessivas do senhor de escravos, do empresário livre e do administrador é o sujeito lógico do esclarecimento (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 72).

Nesse sentido, o conceito de indivíduo que Horkheimer persegue é aquele que se revela nos traços antropológicos e sociais do humano burguês, especialmente aquele orientado pela racionalidade positiva em pautar a sua vida pela lógica instrumental da eficácia e eficiência. Entretanto, a concepção de indivíduo foi produto de uma elaboração histórica e já se manifestava na estruturação da política grega na *polis*, ou na cidade-estado de Atenas. Na sociedade contemporânea, o esclarecimento se tornou o responsável pelo projeto da “Filosofia das Luzes”, aquele que pretendia libertar a condição humana do mito da racionalidade medieval. Contudo, a individualidade que nasceu do projeto instrumental da razão que se positivou encontra-se presa nas armadilhas de uma lógica administrativa que se impôs sobre os grupos sociais: família e estado. Essa ideia também pode ser referenciada no Excurso II - Juliette ou Esclarecimento e Moral” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 72):

As dificuldades no conceito da razão, provenientes do fato de que seus sujeitos, os portadores de uma e a mesma razão, se encontram em oposição uns aos outros, estão escondidas no esclarecimento ocidental por trás da aparente clareza de seus juízos.

Nesse sentido, o texto de Horkheimer já antecipa o que será registrado mais propriamente três anos depois, em 1947, em parceria com Adorno, como o colapso

⁵ Para ampliar essa compreensão, fazemos referência ao texto *Dialética do Esclarecimento* produzido posteriormente em parceria com Adorno. Para os pensadores, “O instrumento com o qual a burguesia chegou ao poder – o desencadeamento das forças, a liberdade universal, a autodeterminação, em suma, o esclarecimento – voltava-se contra a burguesia tão logo era forçado, enquanto sistema da dominação, a recorrer à opressão. Obedecendo a seu próprio princípio, o esclarecimento não se detém nem mesmo diante do mínimo de fé sem o qual o mundo burguês não pode subsistir” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 79).

da civilização burguesa expressa na obra “Dialética do Esclarecimento”. A razão positiva, que se propunha esclarecida, mitificou-se em favor da liberdade assumida pelo capital, de sorte que “o indivíduo se vê completamente anulado em face dos poderes econômicos” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 14), pautando a sua vida pela dinâmica da eficiência e eficácia.

A formulação do conceito e da identidade do indivíduo na tradição filosófica ocidental

A releitura dos clássicos do pensamento grego, especialmente Homero e Hesíodo, permitiu a Horkheimer pautar o entendimento da individualidade. Inspirando-se nos feitos heroicos, o indivíduo garantia a si uma ação moldada pelo espírito da autoconfiança e, portanto, movia-se na luta pela sobrevivência e pela descoberta de si, enquanto ser de identidade. A composição literária grega clássica, especialmente a desenvolvida pelos escritos de Homero, encarregou-se de atribuir a Ulisses os feitos heroicos sem que o indivíduo fosse submetido a um fim em nome de uma causa que não o preservava como ser virtuoso. O herói que defendia o seu ideal protegia também o seu projeto de vida como valor perseguido. Essa foi uma das maneiras do indivíduo grego demonstrar a sua virtude.

O pensador analisa a perspectiva de Homero que atribuiu a Ulisses os feitos que promoveram a vida e a virtude como um projeto pedagógico na cultura grega, evitando a tragédia definitiva: a morte. A virtude preservava o indivíduo diante dos desafios impostos pela vida e este se eternizava através de seus feitos. Por isso, Ulisses assumiu o espírito astucioso e inspirou a constituição de uma identidade individual muito valorizada na *Pólis* grega a partir da honra. As ações de Ulisses (força, inteligência, estratégia, honra e esperança) foram construídas pela literatura grega para legitimar as virtudes que eram propagadas pela classe social dominante na *polis*. A construção literária das virtudes e dos valores gregos fortaleceu a identidade pessoal que foi assumida culturalmente como responsável pelo projeto de uma sociedade baseada na divisão do trabalho e no controle social do poder e da riqueza. O indivíduo grego que se desenvolveu na cidade-estado tornou-se a expressão identitária inconfundível da classe burguesa que se cristalizou. Nesse sentido, a educação grega identificada nos poemas épicos e líricos reforçou a intermediação da consciência pessoal sobre o meio social.

Horkheimer não ignora o fato de que a ideologia ateniense se assegurava na concepção de que a instituição Estado era superior ao indivíduo. Contudo, a defesa da *Pólis* pela genialidade da reflexão política das mentes gregas tornou-se campo propício para fortalecer a relação harmoniosa entre estado e indivíduo, especialmente a partir da concepção de virtudes como justiça, equilíbrio, temperança etc. Destacou-se, daí, a noção de liberdade individual e as conquistas destas em favor do bem-estar da comunidade, privilegiando a virtude e o virtuoso sobre os vícios e os fracos. A capacidade de pensar e organizar o raciocínio em argumentos convincentes se mostraram como fatores de uma sabedoria apreciável. No próprio conceito de filósofo estava implícita a característica determinante do indivíduo grego burguês, respaldada na organização social e produtiva.

Na obra *Política* ([1327b] [1])⁶, de Aristóteles, Max Horkheimer busca a aproximação com os elementos que concederam à mentalidade civilizatória europeia o ideal de preservar a sua construção cultural e de refletir sobre os meios que tornaram essa civilização uma potência artilosa, pela capacidade de dominar seus adversários ou de se apropriar do não colonizado em favor de sua pretensão de grandiosidade. Tais elementos já se despontavam implicitamente no texto de Tucídides (2001, p. 108). Além disso, a materialidade da existência foi assumida pelas categorias metafísicas, as quais passaram a sustentar as abstrações racionais (ARISTÓTELES, 2001). Contudo, para a compreensão racional de mundo, a filosofia aristotélica elaborou a estrutura determinante para a compreensão epistêmica que subsidiou o conhecimento científico, também inspirado nas categorias propostas pelo pensador clássico (ARISTÓTELES, 2020). Em decorrência dessa composição, Aristóteles (2001) classificou as diferentes esferas de saber, compreendendo-as em ciências produtivas, ciências práticas e teóricas. Nessa concepção filosófica do saber já se encontravam os indícios que legitimaram a divisão burguesa entre trabalho racional e trabalho manual.

Em Platão, por sua vez, Horkheimer vislumbra uma estrutura harmoniosa entre o homem individual e o estado, ressaltando a inteligência, a coragem, e o desejo de uma *Pólis* organizada. A reflexão política de Platão deu voz ao anseio da classe dominante grega, quando sugeriu que as ações de governo da *Pólis* e as condições de trabalho fossem realizadas de acordo com a concepção alma (psíquica) humana: pensamento, força e produção (PLATÃO, 2018, p.51-90)⁷. Para preservar a relação entre indivíduo e estado, Platão elaborou a sua concepção política que harmonizou o elemento teórico e o prático, os quais fundamentaram a estrutura sociocultural de sua época e que também legitimaram a divisão social em classificação estratificada (PLATÃO, 2018, p.51-90).

Teoricamente, Platão institui os elementos que garantiram a cada indivíduo os ideais que nortearam a sua concepção de saber e de ação no mundo, sem negar a estrutura socioprodutiva de sua época. A “predestinação eterna”, quando apresentada pela construção teórica, permitiu ao indivíduo responder a condição sociocultural que o orientava⁸. No campo prático, Platão compôs a concepção de ação que se ajustou à natureza dos membros da sociedade, preservando as funções produtivas, as ações militares e o poder de governo (Cf. PLATÃO, 2018, p.144).

As vertentes filosóficas de Platão e de Aristóteles fundamentaram modelos sociais estruturados no trabalho escravo e em uma elite constituída para o exercício

⁶ A leitura de Horkheimer sobre Aristóteles nos aproxima da linha condutora do pensamento ocidental no que concerne à compreensão ético-política, bem como o percurso aristotélico feito pela filosofia cristã em legitimar a virtude individual diante dos modelos sociais constituídos. No caso em questão, o próprio espírito europeu é decorrente da ânsia pela conquista e pelo empoderamento do poder diante dos povos africanos e americanos. A supremacia das virtudes e valores do indivíduo europeu, incorporados na ideia de nação, forja o princípio racional da colonização e institui o sentido moderno de civilidade, de sorte que os que não participam do modelo europeu podem ser a ele submetidos. Superioridade e submissão constituem-se dois pólos da relação dos controles econômico-político e religioso-cultural.

⁷ A opção por intercalar a reflexão de Horkheimer com alguns recortes do livro “A República” de Platão se deu para permitir aos estudantes que participavam do debate uma maior compreensão sobre as bases culturais que orientam o pensamento sobre o sentido da individualidade em sintonia com o modelo social proposto.

⁸ Essa tendência foi assumida pelo cristianismo, especialmente pelo protestantismo calvinista que supõe, pela sua teologia, a condição de predestinação à salvação (WEBER, 1996). Em nossos dias, temos a tendência neopentecostal, que subsidiada pela “teologia da prosperidade” (GARRARD-BURNETT, 2011), fortalece a ideologia neoliberal.

político do governo. Por outro lado, promoveu-se uma concepção de *Pólis* que garantiu, por meio de suas instituições (formação e produção), a harmonia das forças sociais antagônicas, mostrando-se como organizadora e mentora da identidade do ser individual. Nesse sentido, a ação individual na sociedade esteve condicionada ao papel de responder àquilo que qualificava a sua condição de ser. Ao escravo, o exercício pleno de sua função em favor da comunidade; ao soldado, o pleno domínio de suas habilidades em defesa dos seus; ao filósofo ou sábio o perfeito governo da *Polis*, pela harmonia entre as ações dos distintos papéis na sociedade. É na análise da filosofia platônica que Horkheimer encontra a condição que dá suporte à razão objetiva, ou seja, à administração da vida cotidiana.

Sob os olhos de Platão a filosofia socrática foi composta. É a partir da perspectiva de Sócrates que Horkheimer vê a filosofia clássica se colocar como um marco sobre a individualidade, mostrando-se mais livre sobre a compreensão da reflexão e ação humana. Em Sócrates, o sentido dado à consciência estabeleceu uma nova concepção de natureza e de ser humano. O pensamento, responsável pela investigação da *Physis*, voltou-se para o investigador. O olhar intelectual que se fixava na *Physis* para a compreensão de mundo estimulou o observador a compreender o que era possível de compreensão. Pensar, na perspectiva socrática, era assumir a identidade de ser reflexivo e autorreflexivo. Nesse sentido, o pensamento humano passou a ser concebido como a condição de elaboração de um princípio universal para o saber, o qual afirmou o princípio filosófico da verdade da época, em combate às argumentações dos sofistas. Para Sócrates, a reflexão era o elemento determinante que colocava o indivíduo como ser de consciência ética, capaz de escolher seu modo de vida na *polis*.

O posicionamento filosófico socrático, além de conduzi-lo à morte, propiciou, em seu julgamento, uma ruptura cultural entre a consciência individual e o estado e entre o ideal e o real. Quando Platão compôs a *Apologia de Sócrates* deixou evidenciar que o que estava em cena é a reflexão sobre o princípio da vida individual⁹, em embate aos valores da tradição e da manutenção da elite governante. A identidade individual foi posta frente ao ideal de ser, aquele aceito pelo conjunto das representações institucionais. Sendo a vida imanente ao conceito de sujeito, aquilo que propiciava a morte era visto como a negação do princípio da liberdade individual. A concepção de sujeito que brotou dessa postura cultural grega, especialmente a defesa dos valores da *Pólis* sobre a vida individual, fez acender o princípio da individualidade como pressuposto metafísico, ontológico e antropológico que passou a sustentar a ideia de substancialidade de ser. Significa dizer que o sujeito (aquele reconhecido pela *pólis* e a ela indispensável: a elite) passou a pensar-se a si mesmo como ideia central na preservação da vida e da

⁹ “Bem vedes a minha idade, já distante da vida e próxima da morte. Não dirijo essas palavras a todos vós, mas aos que votaram pela minha morte. Para esses mesmos, acrescento o seguinte: talvez imagineis, senhores, que me perdi por falta de discursos com que vos poderia convencer, se na minha opinião se devesse tudo fazer e dizer para escapar à justiça. Engano! Perdi-me por falta, não de discursos, mas de atrevimento e descaro, por me recusar a proferir o que mais gostais de ouvir, lamentos e gemidos, fazendo e dizendo uma multidão de coisas que declaro indignas de mim, tais como costumais ouvir dos outros. Ora, se antes achei que o perigo não justificava nenhuma indignidade, tampouco me pesa agora da maneira porque me defendi; ao contrário, muito mais folgo em morrer após a defesa que fiz, do que falaria em viver após fazê-la daquele outro modo. Quer no tribunal, quer na guerra, não devo eu, não deve ninguém lançar mão de todo e qualquer recurso para escapar à morte. Com efeito, é evidente que, nas batalhas, muitas vezes se pode escapar à morte arrojando as armas e suplicando piedade aos perseguidores; em cada perigo, tem muitos outros meios de escapar à morte quem ousar tudo fazer e dizer” (PLATÃO, 2000, p. 93).

virtude que orientava à harmonia e à manutenção da cidade-estado. Quando Sócrates aceitou a sua condição de morte, ele não negou, com isso, o sentido da vida; antes, fez desacreditar a noção de identidade individual que a classe dominante da *Pólis* buscava forjar¹⁰.

A postura de Sócrates, marcada pela condição civil de estrangeiro e intelectual, como questionador dos valores sobre os quais a estrutura grega se firma, revelou o anseio daquela individualidade pela liberdade. A gênese da autonomia e da emancipação do indivíduo foi concebida, naquela circunstância, pela contraposição que o indivíduo (defensor de si) fez ao social (tribunal condenatório). Assim, a filosofia foi se configurando como o esforço racional de elaboração da subjetividade que se objetivava na estrutura material da existência e era legitimada pela ideia de ser subsumida na cultura.

Max Horkheimer observa que a filosofia helenística propôs uma concepção de individualidade buscada na construção da harmonia interior. O indivíduo se constituiu como o ser particularizado na resignação diante da vida, mostrando-se na apatia e na fuga do sofrimento imposto pela realidade material¹¹. O que se revelou com essa postura foi que a individualidade, enquanto objetividade histórica, passou a ser encarada como um ideal de ser, como um esforço ascético à perfeição. Em vista de uma ação para preservar o estado harmonioso de vida, a filosofia provocou a introspecção reflexiva do indivíduo sobre sua identidade, tornando-o resiliente em sua existência. A preocupação reflexiva em construir meios de proteção e autopreservação instituiu a ruptura entre o indivíduo e a comunidade. O ideal foi superando a realidade de ser e a objetividade da vida se configurou pela leitura subjetiva do meio social.

O pensamento helenista foi se instituindo como uma mediação para o cuidado de si, o que fez o humano voltar-se para sua individualidade, agindo em função de si. A fuga da participação do indivíduo dos problemas políticos que afetavam a comunidade destituiu a postura individual da preocupação com o meio social e instituiu a descaracterização do indivíduo, por meio da despersonalização que também se fez presente na cultura e no estilo de vida. A vida alienada do prazer tornou-se reveladora da repressão social.

O declínio do modelo helênico viu acender a individualidade a partir da perspectiva cristã. O cristianismo trouxe para civilização ocidental o princípio de um valor imanente à condição de existir. A existência individual não era tomada por acaso, mas compreendida como projeto de Deus. O humano foi criado à imagem e semelhança de Deus. Isso ficou evidente na doutrina cristã que estabeleceu o valor da criação como ação do próprio Deus. A noção de individualidade, que decorreu desta concepção, concedeu ao ser particular a consciência de uma vida que fora

¹⁰ “Se imaginais que, matando homens, evitáveis que alguém vos repreenda a má vida, estais enganados, essa não é uma forma de libertação, nem é inteiramente eficaz, nem honrosa; esta outra, sim, é a mais honrosa e mais fácil; em vez de tapar a boca dos outros, preparar-se para ser o melhor possível. Com este vaticínio, despeço-me de vós que me condenastes” (PLATÃO, 2000, p. 94).

¹¹ As tendências assumidas pelo estoicismo e epicurismo (sec. IV a.C. - II d.C.) são sentidas na estruturação racional grega. Destaque especial, ao seu modo e condição, na proposta de Sêneca. Ressalta-se que a filosofia estoica centra-se na ética que promove a autossuficiência, a ponto do indivíduo bastar-se a si mesmo, pois sua vida é regulada pelo ideal de felicidade, a qual só se conquista pela virtude (*ataraxia*). A virtude por excelência reside na libertação das paixões, no desapego das coisas materiais e na abertura incondicional ao destino (SÊNECA, 2009). Por outro lado, os epicuristas fomentaram no pensamento a noção de prazer decorrente da busca contínua da perfeição individual por meio da serenidade e da temperança, virtudes pelas quais se compreende mais a perspectiva espiritual que material.

tomada como criação do próprio Deus e posta à responsabilidade do próprio indivíduo, enquanto participante da obra da criação. Nesse sentido, a reflexão cristã atribuiu ao indivíduo uma concepção valorativa da alma, de sorte que ela passou a ser a luz interior, para ser o lugar de residência de Deus. Horkheimer compara este elemento cristão ao da tradição grega e o apresenta como sendo um elemento que suplantou o vazio interior e se tornou o alinhamento do indivíduo a serviço de um ideal maior.

A ideia de um Deus criador da natureza e do homem instituiu a noção de *ego* em sintonia com a natureza finita, a qual se manifestava na condição histórica do ser humano em busca da vida plena. Entretanto, a reflexão assumida por Santo Agostinho (1995; 1997, 2017), em sua tradição platônica, ao exaltar a alma, submeteu e condenou a natureza material, provocando um desequilíbrio implícito na existência humana finita (dualidade corpo e alma). Diante disso, a vida individual concreta passou a ter sentido somente pela santificação da alma. Contudo, a inspiração aristotélica assumida por Tomás de Aquino concedeu à cultura cristã a conciliação entre o mundo ideal e o mundo material (equilíbrio entre corpo e alma). A reflexão cristã assumida a partir da teológica de Tomás de Aquino (2000a; 2000b; 2003) elevou a condição de ser e existir, em sintonia com o projeto de liberdade e de emancipação (busca pela santidade) frente ao conceito de pecado. Nesse sentido, a ideia clássica da “autopreservação se transformou num princípio metafísico que garantiu o argumento da vida eterna da alma” (HORKHEIMER, 2000, p. 139). Contudo, a fuga do *ego* sobre o mundo material instituiu, na cultura ocidental, uma nova e profunda complexidade: o eu metafísico não era uma ruptura com o eu físico, mas a concretude da promessa criadora de Deus. Implicitamente se constatava que somente um mundo organizado a partir da verdade revelada era capaz de promover o indivíduo, dotando-o de liberdade e de sabedoria. Aqui, em particular, encontram-se os elementos teológicos que legitimaram a organização política do medievo e, por isso mesmo, contrapuseram a materialidade política à perspectiva evangélica cristã. Essa tornou-se a contradição histórica que passou a ser assumida pelo capitalismo para converter o anseio individual à exclusividade material.

Max Horkheimer afirma que o homem surgiu como individualidade quando se rompeu a ideia de coesão social; e, dado a isso, quando ele despertou sua consciência pela distinção entre a sua vida e a organização social. Ressalta-se que a concepção de autopreservação foi despertada diante das condições da morte. O choque do significado vida diante da morte, como realidade dura e inevitável, provocou na consciência humana a noção de que a vida do indivíduo era o valor absoluto e insubstituível. O fortalecimento da ideia de uma alma imortal levou o cristianismo à criação do princípio da individualidade como pessoa. A preservação da vida passou a ser mais do que proteção da condição da vida terrena; tornou-se preocupação com a vida celeste.

Se, de um lado, o cristianismo fortaleceu o princípio da imortalidade da alma, por outro, ele relativizou a individualidade material concreta. A morte física passou a ser tida como consequência natural, de sorte que a preservação da vida, como princípio instituído por Deus, manifestou-se como condição histórica pelo modelo social. Pela própria promessa de vida eterna promoveu-se a ação voluntária de negação da autopreservação da vida terrena em favor da preservação da alma eterna. As dores da carne eram suportadas em vista do prazer eterno da alma.

Por esse princípio, o cristianismo afirmou o valor infinito de cada pessoa humana diante da pessoa divina. A ideia cristã, que determinou o valor infinito da pessoa humana, fez-se presente em diferentes sistemas culturais que se

organizaram no mundo ocidental. O conceito de individualidade humana, constituído na doutrina cristã, reprimiu os instintos vitais, impregnando a cultura com uma incoerente expressão sobre a natureza humana. Esse elemento tornou-se um dos argumentos fundamentais para o fortalecimento do princípio liberal burguês da liberdade e do autogoverno da própria vida.

Ao abordar o princípio cristão do amor, Horkheimer chama atenção para o fato de que o pensamento que fortaleceu a doutrina do amor foi o mesmo que, dadas às circunstâncias históricas, voltou-se contra o seu próprio mentor: a Igreja. Nesse sentido, a Reforma Protestante e o Iluminismo filosófico se ampararam na ideia de indivíduo e estabeleceram uma outra dinâmica material e espiritual para a sociedade ocidental. Fazia-se necessário libertar o espírito individual da concepção formada pelo cristianismo, enquanto doutrina organizadora do mundo, revelada no modelo da Igreja medieval.

Horkheimer destaca também que o “novo” princípio da individualidade fortaleceu os elementos que instituíram as concepções teóricas e práticas do liberalismo Burguês, mediante a interação automática de interesses divergentes que formaram as relações do mercado livre. Nesse sentido, o indivíduo assumiu o seu lugar social apenas para buscar aquilo que se apresentava necessário ao interesse próprio, cujo seu contentamento se dava pelas “gratificações imediatas”. O indivíduo burguês em ascensão não se viu em contradição ao social. Sentindo-se como um membro de uma sociedade que mantinha a sua condição, a partir de uma harmonia através da competição irrestrita entre os interesses individuais, coube ao indivíduo fazer-se notar pelo seu grau de competitividade e eficiência e, por ele, o seu valor social. O reconhecimento histórico-material suplanta o valor espiritual da vida eterna no paraíso cristão.

Para Horkheimer, o fundamento do liberalismo conduziu o indivíduo ao conformismo através do princípio nivelador do comércio e das trocas, elementos que uniram a sociedade liberal num projeto de manutenção da estrutura de domínio. Nesse sentido, o indivíduo passou a ser uma “mônada” produtiva, um ser econômico “atomístico”, um tipo social que se isolou em função do seu próprio interesse, acreditando que esta postura viesse a preservá-lo diante da competição do mercado. Entretanto, dado ao modelo do mercado econômico de grande vulto, a cultura de massa e o princípio do conformismo saíram da esfera individualista e se colocaram como projeto do sistema capitalista para o exercício do controle e da manipulação dos valores civilizatórios.

Horkheimer destaca que no início do liberalismo o que se tinha era inúmeros empresários que, independentemente, cultivavam a sua propriedade e defendiam-na das forças sociais antagônicas. Por essa razão, as forças de produção estavam para atender a necessidade de sua empresa particular. Enquanto indivíduos, preocupavam-se em pensar por si mesmo as condições para manter a sua organização viva.

Esse processo de produção e manutenção de ação e autopreservação, que caracterizou o indivíduo liberal, o acompanha até a constituição do indivíduo contemporâneo. Enquanto tal, na contemporaneidade, o indivíduo pode até ter maior oportunidade do que em períodos anteriores, mas as perspectivas concretas estão cada vez mais definidas por prazos curtos. O momento presente se intensifica como elemento definidor da preservação do status pelo indivíduo e a noção de futuro se coloca como limitada. A necessária ação no presente para determinar a assistência do indivíduo descaracteriza o princípio da esperança e reduz a sua busca à autopreservação isolada, mediante a solução imediata dos problemas que o coloca

em risco, no tempo histórico. A noção de ser individual livre e autônoma é condicionada à lógica do sistema econômico.

A individualidade na contemporaneidade

Um fato determinante, neste escrito de Horkheimer, está na forma como o pensador descreve a realização do indivíduo contemporâneo. Como a condição de vida futura se apresenta ao ser humano como incerta, a presentificação de sua energia conservadora da existência material é ajustada às exigências das corporações e associações produtivas para responder eficaz e eficientemente ao seu chamado histórico para a produção do capital. O sujeito de razão individual torna-se ego encolhido e cativo do presente, limitando-se intelectualmente à realidade dada como ser de estratégia mercadológica e produtividade. O intelecto do indivíduo limita-se à eficiência do presente e ofusca a sua condição de análise e de superação das situações materiais que o prendem à lógica do capitalismo. A racionalidade é instruída para responder administrativamente ao controle do modelo social. A razão instrumental se constitui como aprisionamento do espírito iluminista (HORKHEIMER; ADORNO, 1985).

Sendo assim, ainda é possível creditar à racionalidade a força de resistência e libertação da submissão material da condição histórica humana?

Ora, o mesmo princípio intelectual que concedeu à razão individual a força necessária para compreender-se e compreender a conjuntura que a envolvia, volta-se para a concepção do humano, a fim de preservar as condições da própria humanidade. Nesse sentido, é possível pensar em uma força de resistência dentro do ser humano, que se viabiliza pela crítica social. Então, essa resistência é fator determinante para denunciar o espírito mimético que a cultura de massa adota para obscurecer a resistência intelectual e política do ser humano em favor da resiliência, do ajustamento e da conformidade ao modelo social existente

A identidade do eu contemporâneo é distinta histórica e socialmente daquela que o precedeu, mas conserva traços da cultura que o orientou. O eu que nasce na sociedade contemporânea, que é definido na e pela sociedade de massa, que se constitui na sociedade administrada, esvazia-se de sua identidade intelectual e política, configurando-se em uma entidade recalcada. A luta pela sobrevivência material e o desejo de pertença (simbólica) ao grupo social de prestígio limita a racionalidade ao projeto de produção e consumo. O ser se volta para o pertencer social.

O pensador evidencia que a dinâmica do capitalismo contemporâneo¹² extrapola os limites do comércio particular e amplia-se globalmente, resultando em uma nova concepção das instituições. Nesse sentido, a condição histórico-política da Europa, passa a orientar os partidos, os sindicatos e até aquilo que caracteriza a classe operária vai, aos poucos, sendo alterada. O Proletário, categoria pela qual se

¹² É interessante destacar o fundamento da pesquisa que orienta essa concepção de Horkheimer e que também fundamenta o teor da análise diagnóstica que configura a *Dialética do Esclarecimento*. Os escritos de Friedrich Pollock são responsáveis por influenciar Adorno e Horkheimer na compreensão do “diagnóstico do tempo presente”, especialmente na composição de uma teoria econômica. E, não por acaso, no prefácio da *Dialética do Esclarecimento*, há uma dedicação dos trabalhos preliminares a Pollock. Partindo da concepção de Pollock de um *capitalismo de Estado*, Adorno e Horkheimer aprofundam a análise sociocultural e político-econômico do seu presente e fortalecem o conceito de “capitalismo administrado” ou “mundo administrado” e, daí, todo o seu efeito sobre a cultura, a economia, a sociedade e a política.

enfrenta a relação entre capital e trabalho, também vai sendo enfraquecida. Os indivíduos formadores dessas organizações foram se esvaziando da personalidade crítica e, conseqüentemente, sujeitando-se ao processo que sobre cada um deles passou a exercer o domínio e o controle.

Para Horkheimer, o indivíduo contemporâneo não tem mais uma identidade pessoal, muito menos uma história pessoal, tampouco o sentido de pertença a uma classe social. Ele é incorporado no processo, como parte do processo e com “mônada” em um sistema que privilegia o acúmulo material em detrimento da promoção humana. Esta despersonalização, efetivamente promovida pela razão que administra e controla os meios sociais e produtivos, bem como pelo discurso cultural que forma o espírito da época, é um meio propício para o surgimento da personalidade autoritária. Preso na dinâmica que orienta o sistema capitalista, o indivíduo sobrevive como uma entidade autômata, cuja ação é determinada pela institucionalidade que o acolhe ou representa, como é o caso da empresa, da religião, do sindicato, da política etc. A sociedade repressiva é campos da expressão da força reprimida.

Face a isso, Horkheimer afirma tratar-se de uma condição propícia para que a personalidade autoritária se coloque como porta-voz dos reprimidos e oprimidos, dizendo-lhes como ser e o que fazer. A fraqueza ética e racional do indivíduo cria o espírito que alimenta o autoritarismo, que institui a perseguição cultural e define a ideologia do controle, especialmente a denunciada como um fetiche social. Uma vez que a personalidade autoritária se faz notar, ela institui um processo que congrega a individualidade enfraquecida, promovendo o autoritarismo que subjuga o humano e que elimina ainda mais a sua identidade de ser. Por isso, o pensador vê no fascismo os traços de um processo que se apossa desta condição da individualidade fragilizada e, pela força, submete aqueles que se colocam contrários ao exercício do seu projeto. A eliminação da crítica e o esvaziamento da reflexão dialética sobre a sociedade e a cultura tornaram-se os instrumentos adequados para a submissão do indivíduo ao projeto de poder.

Contudo, no espírito contemporâneo, Horkheimer chama atenção para uma condição que revela a potencialidade da autenticidade do ser individual. Trata-se de uma identidade de resistência, revolucionária, que expõe a opressão e o controle social, bem como os instrumentos utilizados para propagar a cultura popular de massa. A crítica se apresenta como o caminho racional possível de denúncia da irracionalidade social. A individualidade contemporânea tem o potencial de se revelar pelo princípio da identidade, enquanto fator de resistência ao sistema capitalista e de toda sua forma de gerência sobre a vida do ser humano. A consciência de ser, de pensar e de fazer, que foi fortemente destituída pela cultura de massa, ganha sentido para a definição da individualidade contemporânea se ela se mostrar como contradição ao presente e como força de construção de uma realidade distinta.

Considerações finais

Horkheimer, no texto estudado, apresenta os traços da constituição e do declínio da individualidade, na cultura ocidental. Sua análise reforça a perspectiva da teoria crítica de ler na dinâmica histórica e social os elementos que caracterizam as forças opressoras do ser humano. Ao traçar o fio condutor que estabelece o sentido dado ao conceito de indivíduo, Max Horkheimer procura denunciar que aquilo que afeta a condição humana contemporânea está constituído como traço na

cultura ocidental. A consciência do processo e a ação histórica de resistência, especialmente sobre aqueles fatores que subjugam a condição humana à reificação, tornam-se elementos prioritários no processo de libertação. Nesse sentido, a concepção de emancipação em Horkheimer está ligada à promoção da autonomia individual para a concepção crítica do mundo e para uma ação de resistência e de contestação ao sistema capitalista, enquanto ser coletivo. Nesse sentido, a emancipação se dá como um processo histórico e, portanto, o potencial de promover a autonomia está no enfrentamento das forças que, historicamente, destituem o ser humano de sua condição individual e coletiva.

Como análise final sobre esse capítulo do livro de Horkheimer, consideramos importante a reflexão que identifica o processo de nulidade da individualidade, destacada pelo pensador. A sociedade administrada¹³ pressupõe a gerência sobre a vida particular e pública. Essa gestão esvazia a identidade do indivíduo dos elementos psicológico, científico, ético, político e estético. É possível percebermos, em Horkheimer, que quanto maior a administração social menos identidade se possibilita ao indivíduo. Esvaziado da identidade, o eu experimenta a seu niilismo. A alienação do eu individual é prerrogativa para a sua adaptação à materialidade, rompendo as possibilidades de mudança.

A não mudança é o princípio para a institucionalização da irracionalidade. Quando o indivíduo se paralisa e se fecha em si mesmo, ele perde a perspectiva da esperança, o que imputa a eliminação da autonomia e da emancipação. Estando enfraquecido, sujeita-se, sem resistências, à heteronomia. Quanto maior o controle sistêmico sobre a individualidade maiores serão as condições de adaptabilidade, funcionalidade e instrumentalidade. Eis o sentido de se refletir criticamente sobre o modelo educacional em curso.

Pensando um processo formativo que resgate o sentido de emancipação e autonomia, faz-se necessário compreender que a despersonalização do eu, ou seja, o seu enfraquecimento psíquico, científico, ético, político e estético o torna instrumento voltado para uma vida produtiva. Vida autômata.

A formação para a resistência se constitui como valor de consciência sobre o estado de esvaziamento do sentido de ser. A luta pela superação do estado de letargia em que a individualidade contemporânea se encontra ganha força se inspirado no “princípio esperança”, em um vir a ser. Por isso, a formação precisa se revestir do espírito dialético, seja para denunciar a fragilidade do eu, seja para denunciar a personalidade autoritária que dele decorre, seja para expor as injustiças do sistema que administra a vida privada e pública. Expor o que encobre ou impede a força de resistência do humano frente ao processo que o elimina já indica uma possibilidade formativa que, frente à cegueira sistêmica constituída, é um potencial a ser considerado.

Formar para consciência histórica, coletiva e politicamente participativa, é um processo que aponta para uma individualidade consciente dos seus limites. Um processo formativo para a emancipação e autonomia auxilia na reconstrução de um eu fortalecido e de uma identidade coletiva. A insistência do sistema capitalista na destituição de uma identidade individual e coletiva, força a perda da identidade

¹³ “O ‘mundo administrado’ não leva em consideração somente aspecto econômico da sociedade, que seria controlado e administrado politicamente, tal como o termo de Pollock indica, mas, sim, a sociedade como um todo, em todos os níveis, inclusive e principalmente as consciências dos indivíduos, discutidas principalmente na famosa segunda ‘seção’ [Abschnitt] do livro ‘Indústria cultural: esclarecimento das massas’. Esse controle e planejamento total consiste exatamente em que eles não são exercidos de maneira transparente” (JANUÁRIO, 2020. p. 27).

política. As ações, que antes eram assumidas pelos partidos, pelos sindicatos etc., passam a ser assumidas pela individualidade, forjando uma identidade egoísta e presa em si mesma. Se no passado a proposta de mudança nascia da organização coletiva, seja pela identidade do povo, seja do proletariado, seja das condições do estado, seja do partido ou do sindicato, hoje esta força se individualiza ainda mais na personalidade representada pelo indivíduo destacado, empreendedor e modelo de sucesso. Fortalecem-se as alternativas individuais de soluções sociais.

Referências

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Tradução do latim Lorenzo Mammì. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2017.

AGOSTINHO, Santo. **O Livre Arbítrio**, Tradução: Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995. Disponível em: http://www2.uefs.br/filosofia-bv/pdfs/agostinho_03.pdf. Acesso em: 25 out. 2021.

AGOSTINHO, Santo. **Sobre a potencialidade da alma**, Tradução de Aloysio Jansen de Faria. Petrópolis: Vozes, 1997. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/80cc85>. Acesso em: 25 out. 2021.

AQUINO, Tomás. **O ente e a essência**. S. Paulo: Nova Cultural, 2000a.

AQUINO, Tomás. **Suma contra os gentios**. S. Paulo: Nova Cultural, 2000b.

AQUINO, Tomás. **Suma teológica**. Vol. I. S. Paulo: Loyola, 2003.

ARISTÓTELES. **Categorias**. 2. ed. Tradução de Edson Bini. Edipro, 2020.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Tradução de Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 2001.

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Antônio Campelo Amaral e Carlos Gomes. Belo Horizonte: Vega, 1998.

GARRARD-BURNETT, Virginia. A vida abundante: a teologia da prosperidade na América-Latina. **História: Questões & Debates**. n. 55. Curitiba: Editora UFPR, 2011, p. 177-194.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

JANUÁRIO, Adriano. **Educação e resistência em Theodor W. Adorno**. São Paulo: Loyola, 2020. p. 27.

PLATÃO. **A defesa de Sócrates**. São Paulo: Nova Cultural, 2000 (Coleção Os Pensadores).

PLATÃO. **A república**. Tradução Leonel Vallandro. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

HORKHEIMER, Max. Ascensão e declínio do indivíduo *In*: HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. São Paulo: Centauro, 2000. p. 131-162.

SÊNECA. **Da tranquilidade da alma**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2009.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Trad. do grego de Mário da Gama Kury. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

WEBER, Max. **Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 11. ed. São Paulo: Pioneira, 1996.

Recebido em: 05/2023
Aprovado em: 08/2023